

ELITES POLÍTICAS, FAMILISMO E REDES DE PARENTESCO NO NORDESTE BRASILEIRO: O CASO DA PARAÍBA.

José Marciano Monteiro¹

Elizabeth Christina de Andrade Lima²

Introdução

Esse texto busca estabelecer relações entre elites políticas e familismo, tentando apresentar a relevância de tal temática para a agenda dos estudos contemporâneos das Ciências Sociais brasileira. O objeto empírico são as relações políticas construídas através das estratégias de parentesco e desenvolvidas no seio das “famílias políticas” do Estado da Paraíba.

Trata-se de entender até que ponto o familismo e as redes de parentesco ainda importam à compreensão da política no contexto pós-redemocratização? A abordagem será realizada a partir da perspectiva analítica da “sociologia relacional” de Pierre Bourdieu, estabelecendo debate com o “marxismo-estruturalista” e “institucionalismo da escolha racional”.

Procura-se, assim, demonstrar a relevância que tal agenda apresenta as Ciências Sociais contemporânea, incorporando à discussão

¹ Doutorado em Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

² Doutorada em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2001), professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

sobre elites política o fenômeno do familismo e as estratégias de parentesco, tendo como foco de análise as linhagens política “Cunha Lima” e “Vitais” no Estado da Paraíba, bem como algumas famílias que exercem domínio político sobre algumas microregiões do referido Estado.

1. Elites Políticas no debate contemporâneo

O termo elite se refere, embora de forma imprecisa, àqueles indivíduos pertencentes aos grupos melhores situados na estrutura social como um todo. Essa problemática fora inserida na agenda dos estudos relacionados à política a partir das investigações desenvolvidas por Gaetano Mosca (1992 [1896]) e Vilfredo Pareto (1984 [1935]). Estes lançam, a sua época, um programa de pesquisa no qual enfatizam que as “minorias politicamente ativas” deveriam ser objeto de análise de maior importância, para os cientistas políticos e, acrescentaria, para os cientistas sociais como um todo.

É no século XX que o exame da anatomia das elites políticas converte-se em uma preocupação central da Ciência Política. A constituição da Classe Política como maioria organizada em Mosca (1992 [1896]), a Circulação das Elites de Pareto (1984 [1935]), a tendência à oligarquização das organizações políticas conforme Michels (1982), até o debate entre monistas e pluralistas (DAHL, 1997; PUTNAM, 1976), nos anos 1950 e 1960, fizeram deste um dos temas consagrados neste ramo de estudo à época (MARENCO, 2013).

Conforme Marenco (2008) constata-se que boa parte da produção dedicada aos estudos sobre as configurações das elites políticas nas instituições poliárquicas contemporâneas fora publicada até os anos 1970. Após esta década, o que se encontram são trabalhos

parciais e isolados, descritivos e desprovidos de pretensões teóricas ambiciosas. Nesse sentido, é possível, a partir das leituras realizadas, constatar certo período de produção teórica voltada à compreensão da dinâmica e configuração das Elites Políticas (SCOTT, 1995; GRYNSPAN, 1996; HEINZ, 1999; CHARLE, 2006).

É de meados da década 1970 que haverá, contudo, desinteresse, por parte dos cientistas sociais no tocante a abordagem acerca das elites políticas. Esse desinteresse deve-se, em certa medida, ao fato da Ciência Política e a Sociologia Política, redescobrirem os estudos sobre regimes, partidos e eleições, bem como os estudos acerca da formação do Estado Capitalista e suas relações com a economia capitalista, que acabou polarizando significativamente os estudos nessas décadas, na Europa e nos Estados Unidos (PERISSINOTTO E CODATO, 2008).

No Brasil também não será diferente. Aliás, poucos foram os estudos no Brasil acerca do recrutamento das Elites Políticas. Talvez pela própria influência das teorias marxistas na sociologia brasileira nas décadas de 1960, 1970 e 1980, e tendo em vista que, nesse período, na Europa e nos Estados Unidos, essa agenda já vinha em decadência, os estudiosos da Sociologia e da Ciência Política não atribuíram importância a esse fenômeno. As questões vinculadas à formação do Estado Nacional e a constituição de uma sociedade moderna capitalista estiveram no centro do debate (FURTADO, 2007; IANNI, 1996; FERNANDES, 2006)

Perissinoto e Codado (2008), afirmam que, para além do surgimento desses temas que propiciaram desinteresses no tocante aos estudos sobre Elites Políticas, outras razões estiveram na origem. Razões que se configuraram a partir do surgimento de novas perspectivas teóricas e novos programas empíricos de pesquisa, cujas

indagações não mais conferiam às elites políticas e sociais um lugar central.

Perissinoto e Codado (2008, p. 07) destacam ainda que

o arrefecimento da preocupação dos cientistas sociais pelo tema das elites deve-se, em essência, às críticas formuladas a partir de três perspectivas bem distintas: o estruturalismo marxista, o Institucionalismo de escolha racional e a Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu. (PERISSINOTO & CODADO, 2008, p. 07)

Embora se observe que três perspectivas distintas formulem críticas contundentes a construção da abordagem desenvolvida pelos clássicos construtores da Teoria das Elites, não exclui o fato de, na realidade, as elites políticas se constituírem um objeto de grande relevância para os estudos da Sociologia e da Ciência Política na atualidade. Acredita-se que, as três perspectivas - marxismo estruturalista, institucionalismo da escolha racional e sociologia relacional - ao lançarem críticas à abordagem até então realizada pelos teóricos clássicos da temática, possibilitaram aberturas para o enfrentamento de problemas teórico-metodológicos no que diz respeito às análises desenvolvidas sobre elites políticas.

1.1. *Marxismo-estruturalista*

Um dos principais expoentes do Marxismo-estruturalista é Nicos Poulantzas (1982; 1986). De acordo com Perissinoto e Codado (2008) Poulantzas recusa veementemente trazer à “problemática” das elites políticas para o interior do marxismo. Oliveira (2001) nos afirma que a proposta de Poulantzas, dentro da tradição marxista, concebe o Estado na relação com a classe dominante. Isto, segundo esses autores, decorre-se: 1) que, para Poulantzas, o funcionamento do Estado Capitalista e o seu caráter de classe devem ser explicados a

partir de vínculos objetivos existentes entre a estrutura específica e a sociedade capitalista; 2) que os indivíduos que controlam os principais postos do aparelho estatal (a burocracia), independentemente de sua origem social, crenças coletivas e motivações subjetivas, estão destinados a reproduzir a “função objetiva” do Estado, que consiste em, última instância, manter a coesão de uma formação social baseada na dominação de classe; e 3) que para uma análise de cunho marxista importa entender “que relações sociais o Estado reproduz?”, e “com que fins?” E não “quem governa?”, “quem decide?”, “quem influencia” etc, já que o que importa, na realidade, são os efeitos objetivos das decisões políticas e não as intensões subjetivas dos decisores. (PERISSINOTO E CODADO, 2008)

A análise marxista, de perspectiva Poulantziana, não atribui centralidade aos estudos sobre elites políticas, pelo fato de que, compreender a formação das elites a partir das trajetórias e recrutamento de parlamentares, é lançar entendimento sobre o Estado Capitalista a partir da aparência do fenômeno. Haja vista que o Estado Capitalista é constituído, não somente a partir dos indivíduos, através dos seus valores, mas, e, fundamentalmente, a partir da luta de classe que se constitui no seio da formação histórica da sociedade capitalista. E os indivíduos, por assim dizer, reproduzem a lógica fundante da sociedade capitalista no seio do Estado que são os interesses da classe dominante.

Daí a importância atribuída à compreensão acerca das relações sociais que o Estado reproduz e quais as finalidades e objetivos almejados pelo Estado, enquanto instituição moderna, palco de lutas e dos conflitos de classe. Por este motivo, o Estado é definido e explicado por aquilo que ele reproduz e não pela natureza de seus ocupantes (THERBORN, 1989, p. 155-157)

Corroborando com a perspectiva de Perissinoto e Codado (2008, p. 08),

Mesmo que se aceite a afirmação segundo a qual os efeitos das decisões tomadas pela elite política não correspondem às intenções originais dos seus membros - e não é preciso ser adepto do marxismo estruturalista para acatar essa evidência - ainda assim a natureza da elite (seus perfis sociais, atributos profissionais, valores mentais) pode vir a ser um fator importante para a explicação dos fenômenos políticos.

Isto se torna mais importante quando se vê que a elite política brasileira está constituída a partir das redes de parentesco e de parentela (OLIVEIRA, 2001; LEWIN, 1993). Assim, compreender as elites políticas através dos seus perfis sociais, atributos profissionais, valores mentais, torna-se fundamental para lançar luz acerca do comportamento dos dirigentes políticos em nosso País. O estudo acerca das trajetórias desses agentes, a partir das redes de relações fundamentadas nos laços familiares e de parentesco, pode-se configurar em uma agenda de pesquisa extremamente significativa. O que não exclui situar os agentes dentro de um campo de disputa, no qual os mais diversos capitais são essenciais à compreensão de ocupações de cargos e postos estratégicos na esfera estatal.

Com isso, não se quer, de forma alguma, negar ou mesmo atribuir menos importância à dimensão estrutural da formação da sociedade capitalista. O que não se pode é negligenciar ou mesmo analisar o fenômeno a partir de uma única causa. A constituição e formação de Elites Políticas se dão através de fatores multicausais. O que implica compreender diversas variáveis, para além, e tão somente, da variável econômica. As diversas variáveis formam um todo complexo no âmbito da realidade investigada. Nos estudos sobre Elites Políticas no Brasil, por exemplo, a variável família é negligenciada. Esse estudo tem como

pretensão verificar empiricamente até que ponto a variável família importa (OLIVEIRA, 2012) no que diz respeito à compreensão das Elites Políticas.

1.2. Institucionalismo da escolha racional

O Institucionalismo de escolha racional parte do pressuposto de que o comportamento dos indivíduos é orientado a partir das instituições e conforme as regras do jogo. Os indivíduos são, por natureza, seres racionais. A racionalidade aqui é concebida como algo dado aprioristicamente. Não compreende a racionalidade como uma construção social. Assim, na perspectiva do Institucionalismo de escolha racional, o contexto institucional é a variável independente que explica a conduta de atores políticos tidos como seres eminentemente racionais.

Para os autores desta perspectiva, as “regras do jogo” condicionam o comportamento dos atores e, em consequência, os outputs do sistema político. (TSEBELIS, 1998, p. 51). Ao estabelecer uma compreensão de que o comportamento dos agentes é resultado das “regras do jogo” impostas pelas instituições, essa perspectiva desconsidera, por completo, a história pregressa da origem de classe ou dos valores culturais dos agentes políticos. Porém, inseri a análise a variável instituição, destacando a relevância que essa assume para a compreensão dos fenômenos sociais.

O fato de atribuir ênfase, em demasia, a instituição, acaba restringindo a análise. Supervalorizando o comportamento dos agentes como resultado das “regras do jogo” estabelecido e imposto pela instituição. Com isso, deixa, em segunda ordem, a dimensão axiológica da construção e do desenvolvimento da ação humana. Para

essa perspectiva, os indivíduos seriam intercambiáveis, isto é, “seja qual for o seu background social (alto, baixo) e ideológico (radical e liberal), eles agiriam da mesma maneira exatamente porque são todos atores que racionalmente buscam sempre maximizar seus objetivos”, (PERISSINOTO E CODADO, 2008, p. 09)

Nota-se que, com essa perspectiva analítica da Ciência Política, a ênfase não está atribuída aos valores societários, mas, sim, às instituições. Ou seja, as instituições definem o comportamento dos agentes, através das suas normas e regras, as quais orientam o comportamento dos agentes.

No universo empírico as escolhas institucionais não se separam da esfera dos valores e das representações simbólicas que informam os atores que realizam tais opções. Como conceber, por exemplo, a instituição “Estado brasileiro” sem levar em consideração os valores que a constituíram? A título de informação do quanto à cultura e os valores importam, os clássicos do pensamento social e político brasileiro (FREYRE, 2000; HOLLANDA, 1995; OLIVEIRA VIANNA, 1999; FAORO, 1989) e os estudos mais recentes (SCHWARTZMAN, 1988; LAMOUNIER, 1990; O’DONNEL, 1991; SCHARZ, 1992) vem analisando e descrevendo a cultura política nacional como

um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, combinando traços herdados das raízes ‘ibéricas’ do país - isto é, um sistema de valores autoritários hierárquicos e plebiscitários - com componentes ‘estatistas’ e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado (MOISÉS, 1995, p. 105)

Os estudos de Souza (2000; 2003) também têm versado em compreender a importância que os valores assumem no funcionamento e operacionalização das instituições brasileiras. O seu objetivo central

tem sido perceber quais sistemas de valores que estão subjacentes e conferem especificidade à nossa modernidade.

Para tal feito, Souza (2003) se apoia na argumentação de Taylor (1997) no sentido das ideias residirem na imbricação que elas estabelecem com os valores e que, portanto, encerram uma avaliação da realidade, ao delimitar o que é importante do secundário. Apoiado nesse pressuposto e compartilhando com Souza (2000) de semelhante posição, asseguro que “as ideias se entranham no cotidiano e em práticas sociais, permitindo uma direção singular aos comportamentos individuais e coletivos. Elas se institucionalizam e produzem, a partir daí, uma seletividade que confere e expressa certa singularidade social e cultural” (SOUZA, 2000, p.160)

Observa-se que tanto o Marxismo-estruturalista quanto o institucionalismo da escolha racional tentam compreender a ação dos agentes a partir de elementos externos a prática destes. Dito de outra forma, para o marxismo-estruturalista a ação dos agentes que compõem a elite política é resultado da estrutura societária capitalista que concebe a sociedade a partir da luta de classes; por sua vez, o institucionalismo da escolha racional concebe a ação dos agentes como resultado das “regras do jogo” imposta pelas instituições. Tanto o marxismo-estruturalista quanto o institucionalismo da escolha racional encaram a ação dos agentes como resultados externos à prática. A ação é resultado de uma estrutura que se encontra posta a priori.

O institucionalismo de escolha racional não explica, por exemplo, como se concebe o processo de constituição dos gostos e preferência dos agentes políticos (cf. TSEBELIS, 1998, p.54, n.36 *Apud* PERISSINOTO E CODADO, 2008). É mais que isso, a especificidade dos gostos e das preferências dos atores não entra na explicação dos comportamentos políticos. Nessa perspectiva, a teoria da escolha

racional explica o desenvolvimento da ação dos agentes, mas quase nada informa sobre o motivo subjetivo que conduz os atores a agir em uma ou em outra direção. O que se constata é que existe, na escolha racional, uma racionalidade institucionalmente situada, mas socialmente desencarnada. (PERISSINOTO E CODADO, 2008, p. 09)

A ausência de uma sociologia política que encare os agentes como construtores de suas práticas a partir do contexto e dos valores inculcados, em corpos e mentes, tornam as duas teorias supracitadas frágeis à compreensão da formação e recrutamento das elites políticas, e frágeis em termos de explicação quanto aos elementos subjetivos que orientam as escolhas dos agentes.

Não é de forma alguma plausível “supor que os agentes, ao ingressarem na política, dispam-se de todos os valores e preferências que lhes foram inculcados ao longo dos processos de socialização primária, secundária e política” (PERISSINOTO E CODADO, 2008, p. 09). Não perceber essa dimensão axiológica e valorativa, na qual os agentes são constituídos, e a partir dela passam a orientar as suas escolhas no mundo, é cair em outro erro, encarar a construção social de forma naturalizada. Este problema é resultante do primeiro, visto que a ação dos agentes é resultado das estruturas ou das instituições, e essas passam a ser naturalizadas. As instituições, nesse sentido, não são entendidas como produção histórica das relações sociais e humanas, mas como entidade abstrata, deslocadas do universo social.

1.3. Sociologia relacional e sua contribuição ao debate

Outra perspectiva que em muito serviu para criticar os estudos sobre elites políticas construídos pelos clássicos, ao tempo que ampliou o debate acerca de tal temática, foi, e continua sendo,

a análise elaborada pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2001). Trata-se de uma perspectiva que se propõe a compreender o real de forma relacional. Ela está ancorada em uma análise através da qual existe permanentemente uma relação entre o indivíduo e a sociedade, entre a estrutura estruturante e a estrutura estruturada, entre a objetividade e a subjetividade. Ao propor tal perspectiva, o citado autor tenta, a partir de uma perspectiva de síntese, resolver as dicotomias clássicas existentes no pensamento sociológico, através das quais haviam supervalorização de uma dimensão em detrimento da outra.

A tentativa do sociólogo francês é avançar no sentido de propor uma análise na qual a ação dos indivíduos e ou dos agentes, como ele mesmo propõe, não seja mero resultado das estruturas, nem tampouco cair no outro extremo de conceber o indivíduo como esse ser livre que se orienta a partir da sua própria racionalidade. Com esta proposta, Bourdieu (1989; 2001) acrescenta novos elementos que nos possibilita pensar as elites políticas por outros caminhos, sem que venhamos a cair no extremismo de que as Elites não importam para a compreensão das mudanças na sociedade, reduzindo a análise a elementos estritamente da ordem econômica, e sem que caiamos na lógica de que apenas as instituições determinam o comportamento dos agentes a partir das regras do jogo estabelecidas.

Para tal feito, Bourdieu (1989) retoma um conceito aristotélico de *habitus* e resignifica. Esse passa a ser um dos conceitos centrais para a construção da sociologia relacional. Torna-se o *habitus* a categoria que permitirá compreender a relação dialética que se estabelece entre o indivíduo e a sociedade. De forma que aquele não se concebe sem esta e vice-versa. Através do *habitus*, esta enquanto incorporação da exterioridade e exteriorização da interioridade, os agentes passam a

agir na sociedade através dos valores que são materializados em seus corpos e em suas mentes.

O corpo, em Bourdieu, passa a ser um agente do processo de aprendizagem e não somente a mente, como pensara a teoria da escolha racional. A mente está eminentemente atrelada ao corpo. Os agentes, por assim dizer, passam a operacionalizar e agir, a partir do que, historicamente, fora internalizado em seus corpos. Não há no social nada que não seja produzido socialmente. As instituições são produzidas históricas e socialmente pelos agentes, ao tempo em que os agentes também são constituídos históricos e socialmente nessa relação com as instituições e mais, ainda, com aquilo que a sociedade produz. As instituições não se constituem para além do social. Elas são partes constitutivas do social.

A Sociologia, através da análise desenvolvida por Bourdieu (2001), rompe com todo e qualquer apriorístico. Rompe com o pré-construído e com as análises de cunho essencialista e substancialista. O real não existe, senão em sua perspectiva relacional. À Sociologia cabe o papel de desnaturalizar processos. Desnaturalizar o que socialmente é construído. Assim, se as elites existem é porque essas foram construídas socialmente. E faz-se necessário compreender os processos através dos quais elas se formam e constituem em elites políticas dominantes em determinado contexto social.

Ao adotar essa perspectiva relacional, Bourdieu nos chama a atenção para pensar a sociedade constituída através de campos. Esses como espaço da prática, locus no qual os agentes agem de acordo com os capitais adquiridos ou herdados historicamente. Os agentes, de acordo com o quantum de capital que possuem, ocupam posições dentro dos espaços de realização prática. O poder passa a ser constituído na relação entre diferentes posições que distribuem desigualmente

capitais específicos de um campo, o que, por sua vez, “confere aos ocupantes dessas posições potencialidades distintas para produzir ganhos nas lutas que caracterizam o mesmo campo”. (PERISSINOTO e CODADO, 2008, p. 10) Assim, o sentido de estudar os atributos dos agentes reside no objetivo de captar a “sócio-lógica” objetiva que orienta o funcionamento do campo. Fora desse registro não faz sentido estudar as Elites, pois pouco serviria, salienta Perissinoto e Codado (2008).

2. Quando as elites políticas estão no seio das linhagens das famílias políticas: a Paraíba como locus de estudo.

Os estudos de Sociologia Política e de Ciência Política no Brasil pouco têm problematizado e versado sobre a relação entre parentesco e a representação política. Muito menos tem tentado compreender as redes de relações políticas estabelecidas pelas famílias tradicionais no seio do Estado de forma a permanecer, ampliar e reproduzir sistemas de dominação baseado em sustentações fundamentadas a partir de estratégias familiares e de parentesco no campo da política no Brasil contemporâneo (OLIVEIRA, 2001; 2012).

Levantar a questão das funções das relações de parentesco ou a utilidade dos parentes significa perceber que os usos do parentesco não reservados às situações oficiais nas quais desempenham uma função de ordenação do mundo social e de legitimação dessa ordem (BOURDIEU, 2006; 2009).

As relações através do parentesco e das redes de parentela exercem poder simbólico através dos categoremas, os quais podem ser pensados através dos nomes próprios, que, como emblemas que concentram todo capital simbólico de um grupo prestigioso, colocam

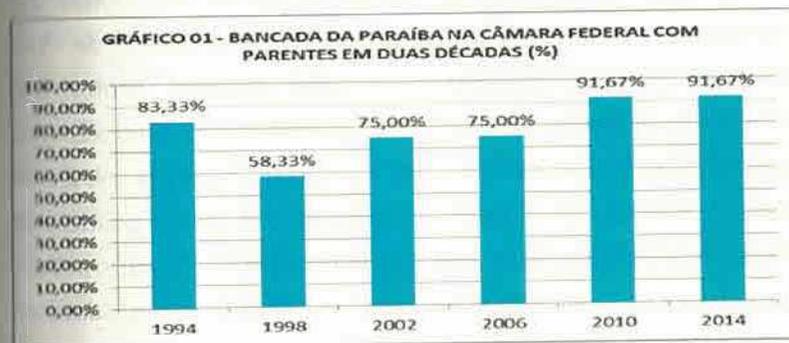
em jogo uma intensa concorrência. Apropriar-se desses indícios da posição genealógica (fulano, filho de sicrano, filho de beltrano etc), e de alguma forma se apropriar de um título que dá direito e privilégios sobre o patrimônio do grupo. É possuir um capital a mais de importância fundamental para a concorrência e disputas dentro do campo político (BOURDIEU, 2009).

A importância em estudar essas redes de relações políticas fundamentadas no parentesco e na parentela no Estado da Paraíba está no fato de compreender a lógica prática desses grupos familiares e seus mecanismos de dominação. Trata-se de entender, sociologicamente, a estrutura de poder constituída no Estado não como uma abstração, mas como se materializa em situações objetivas de posse de riqueza (OLIVEIRA, 2001; 2007; 2012) e se reproduz e se consolida graças a redes políticas fundamentada em relações sociais permeada pelos capitais impessoais (MONTEIRO, 2009).

Trata-se de entender as redes políticas de poder através das conexões de interesses envolvendo, empresários, famílias e cargos políticos no aparelho de Estado (no executivo, no legislativo e no judiciário), bem como em outros espaços de poder, buscando assegurar vantagens e privilégios para os participantes. As redes podem utilizar artifícios tais como o nepotismo, o clientelismo e a corrupção. (OLIVEIRA, 2007, p. 151)

O gráfico abaixo, nos traz indícios de quanto os representantes da Paraíba, na Câmara Federal, se imbricam através do “sangue”. Ou seja, boa parte da representação política da Paraíba, na Câmara Federal, tem laços de parentesco ou está no âmbito da parentela de grupos políticos tradicionais, os quais se reproduzem historicamente. Conforme pesquisa realizada junto ao site do Congresso em Foco e junto ao TSE (2015), visualizando uma série histórica, compreendendo

esta a partir de duas décadas, de 1994 a 2014, veremos que de forma expressiva a da bancada Federal da Paraíba, apresenta, em termos relativos, porcentagem significativa de deputados de linhagens familiares.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do Tribunal Superior Eleitoral - TSE (2015)

Ao observar esta série temporal, veem-se indícios de que a bancada de parentes ou de políticos que tem seus filhos (as), netos (as), esposos (as), primos (as), no decorrer dos vinte anos, compreendido entre 1994-2014, pós redemocratização, só tem aumentado. Embora tendo a legislatura para Câmara Federal de 1998, uma queda da bancada de parlamentares com parentes, vê-se que em 2002, essa bancada volta a crescer em termos percentuais da ordem de 75% dos representantes. O que se mantém na legislatura seguinte e nas de 2010 e 2014 chega próximo aos 100%.

O que sempre intrigou vários autores é a análise de continuidade das estruturas de poder ao longo de mudanças políticas na história do Brasil. Raimundo Faoro (1989), na obra *Os Donos do Poder*, aponta as questões da continuidade e da grande adaptabilidade de atores e grupos políticos ao longo de diferentes conjunturas.

2.1. Dominação político-partidária e linhagens familiares: “Cunha Lima” e “Vitais” em Campina Grande/Paraíba

O Estado da Paraíba é um dos que compõe a Região Nordeste. Deste Estado, muitos foram os nomes de famílias tradicionais que se destacaram no cenário da política nacional. Na década de 1930, do século passado, destacaram-se várias famílias, dentre elas destacam-se os Pessoa. Epitácio Pessoa e João Pessoa, tio e sobrinho, respectivamente. Epitácio chegando a ser presidente do Brasil. E João Pessoa, governador do Estado³. Atualmente dois grupos políticos da Paraíba, com linhagens familiares, tem se destacado no cenário político nacional são as famílias “Cunha Lima” e “Vitais”, ambas adotaram Campina Grande, a segunda maior cidade do estado da Paraíba, como berço político.

O recorte em estudar as redes de parentesco dessas duas famílias e a ocupação de cargos no âmbito local, estadual e federal, deve-se ao fato de ambas terem no contexto atual expressiva notoriedade. São dentre as demais famílias políticas que dominam o estado, as que adquiriram nos últimos dez anos, notoriedade, e assumiram cargos expressivos na ordem federal, participando das principais disputas eletivas e de comissões importantes. Os nomes e, portanto, herdeiros dessa tradição, estão representados na ordem federal, através do Senador Cássio Rodrigues da Cunha Lima (PSDB)⁴ e do Ex-Senador

(PMDB) e atual Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo Filho⁵.

Uma das possibilidades de interpretação para a compreensão de recrutamento político no Brasil contemporâneo está em compreender as estratégias utilizadas por essas famílias no que diz respeito à ocupação de espaço na estrutura do moderno Estado brasileiro. Trata-se de um fenômeno complexo e, ao mesmo tempo, uma agenda que requer um estudo minucioso acerca das trajetórias desses agentes. Aqui apenas apontaremos algumas estratégias que têm sido utilizadas por essas famílias no que diz respeito à ocupação do Estado: o domínio do partido.

Ao olharmos para a representação política da Paraíba na Câmara Federal, legislatura (2014-2018) ver-se-á que ocorreu o que tenho denominado de mudança de posição no tocante as famílias políticas tradicionais. Ou seja, o que na narrativa jornalística tem sido denominado de renovação não passa de uma mera mudança de posição construída dentro das regras do jogo democrático através das estratégias políticas familiares. As famílias tradicionais, para além de terem domínios sobre instâncias estratégicas nos estados, elas também possuem domínio sobre as instituições que selecionam os candidatos para as disputas que são os partidos políticos.

³ Um dos estudos clássicos acerca dessa família no Estado da Paraíba ler: LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

⁴ Cássio Rodrigues da Cunha Lima, nasceu em Campina Grande, em 5 de abril de 1963, é advogado e político brasileiro, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). É filho do ex-governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima. Já foi prefeito de Campina Grande por três vezes, deputado federal por dois mandatos e governador da Paraíba por duas vezes. Atualmente é Senador da República.

⁵ Filho do político Vital do Rêgo e irmão do Ex-prefeito de Campina Grande, Venéziano Vital do Rêgo, nasceu no dia 21 de setembro de 1963, é graduado em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba e Direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Na década de 1980, participou do movimento estudantil e, em 1988, elegeu-se vereador em Campina Grande (PB), sua cidade natal. Foi deputado estadual e deputado federal antes de integrar o Senado em 2011, onde atuou até dezembro 2014. Durante sua passagem pelo Congresso Nacional, o ministro presidiu comissões importantes, como a de Constituição, Justiça e Cidadania; a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Petrobras em 2014; e a CPMI do Cachoeira em 2012. Também foi relator da reforma do Código de Processo Civil e do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Na Paraíba, por exemplo, os Partidos parecem possuir donos. São os herdeiros das famílias tradicionais quem dominam as legendas. De forma que o Estado é dividido por microrregiões, e nessas, os grupos políticos tradicionais disputam os espaços. São disputas materiais e simbólicas. Aqueles que herdam o “nome de família” possuem um capital simbólico que lhes permite disputar cargos na esfera do Estado. Daí que os partidos funcionam como instituições que possuem donos. Muito embora as eleições e as escolhas sejam externalizadas, através do discurso jornalístico e midiático, para a maioria, como um espaço de disputas democráticas no qual todos os indivíduos podem se candidatar bastando tão somente querer e se filiar ao partido que seja simpaticamente ou ideologicamente está alinhado.

Ao observar a realidade à luz da sociologia política o que se constata é que o Partido Democrata - DEM, aqui na Paraíba, não passa de uma instituição comandada pelos Moraes, que tem a frente o ex-senador Efraim Moraes⁶, atual Secretário de Estado da Paraíba. E que tem o seu filho Efraim Filho⁷ como Deputado Federal. O partido, na sua visão, só serviria para abrigar a família Moraes. A reação vem a propósito da recente nomeação de um filho do presidente da legenda para gerir importante empresa estadual, e na manutenção do cargo antes ocupado pelo próprio. Parece até que outros membros do partido não estiveram, até bem pouco tempo, a ocupar posições na estrutura administrativa do Estado. A família Moraes tem como base política o

⁶ Filho de Inácio Bento de Moraes e Joana de Araújo Moraes. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba, Efraim Moraes iniciou na política elegendo-se deputado estadual pelo PDS em 1982, sendo reeleito em 1986, já pelo PFL. Em 1990 foi eleito deputado federal, sendo reeleito por duas vezes. Em 2002, foi eleito senador pelo estado da Paraíba.

⁷ É filho do ex-senador paraibano Efraim Moraes e de Ângela Ventura Moraes. Formado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tendo se especializado em Direito do Consumidor na Espanha (Granada). É também neto do ex-deputado estadual João Feitosa, cujas raízes foram fincadas em Monteiro, e de seu avô por parte de pai, Inácio Bento de Moraes, também ex-deputado estadual e cidadão de Santa Luzia. Em 2006 foi eleito deputado federal pelo PFL, atual DEM e reeleito quatro anos depois.

Sertão da Paraíba, a microrregião de Patos⁸, situada na mesorregião do Sertão paraibano. Os Moraes disputam essa região geo-política com a família Mota⁹ atualmente.

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB até bem pouco tempo era propriedade indissolúvel de José Targino Maranhão¹⁰ e de seus sobrinhos, Olenka Maranhão e Benjamin Maranhão. Hoje esse pedaço do latifúndio partidário é partilhado pelos “Vitais” - mãe e filhos. Vital do Rêgo Filho, Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto¹¹ e Nilda Gondim, filha do ex-governador da Paraíba Pedro Gondim.

O Partido Popular - PP, ao que parece, propriedade intransferível de Enivaldo Ribeiro¹² e presente de Paulo Maluf desde priscas eras,

⁸ A cidade de Patos é sede da 6ª Região Geoadministrativa do Estado da Paraíba, composta por 22 municípios, sendo eles: Areia de Baraúnas, Cacimba de Areia, Cacimbas, Catingueira, Desterro, Emas, Junco do Seridó, Mãe D'Água, Malta, Maturéia, Passagem, Patos, Quixaba, Salgadinho, Santa Luzia, Santa Terezinha, São José de Espinharas, São José do Bonfim, São José do Sabugi, São Mamede, Teixeira, Várzea. Além disso, Patos é sede da 14ª Vara Federal, que absorve 48 municípios e totaliza uma população de 462.662 habitantes.

⁹ Francisca Gomes Araújo Motta (PMDB). Atualmente é prefeita de Patos. Durante sua carreira política já foi vice-prefeita de Patos e deputada estadual por cinco mandatos. Avó materna do Atual Dep. Federal Hugo Mota. Este, por sua vez, é neto de Nabor Wanderley, avô paterno, que foi prefeito do município de Patos, no Sertão da Paraíba, de 1956 a 1959. Também político, o avô materno foi eleito deputado estadual por cinco vezes e por duas vezes deputado federal. O pai, Nabor Wanderley da Nóbrega Filho, foi prefeito do mesmo município por dois mandatos consecutivos, de 2005 a 2012.

¹⁰ Nasceu em Araruna, 6 de setembro de 1933, é um empresário e político brasileiro filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Filho de Benjamim Gomes Maranhão, ex-prefeito de Araruna, e de Dona Benedita Targino Maranhão (Dona YaYá). Foi deputado estadual, deputado federal, senador, vice-governador e governador do estado da Paraíba em três ocasiões, atualmente é Senador.

¹¹ Nasceu em 17 de julho de 1970, filho da Ex-deputada federal Nilda Gondim e do Jurista e Ex-dep. Federal Antônio Vital do Rêgo, sobrinho neto de Argemiro de Figueiredo e neto de Pedro Gondim e Veneziano Vital do Rego. Em 1975 começa a estudar no Instituto São Vicente de Paula, fazendo posteriormente o ginásio na Escola Virgem de Lourdes (Lourdinhas) e o Ensino Médio no Colégio Imaculada Conceição (Damas). Em 1987 é aprovado no vestibular de Direito pela Universidade Estadual da Paraíba e depois transferido para Centro de Ensino Unificado de Brasília, em decorrência de seu pai ter sido eleito deputado federal. Em 1996 elegeu-se vereador de Campina Grande pela primeira vez, sendo reeleito em 2000. Em 2002 candidata-se a deputado federal sem êxito. Em 2004 e 2008 é eleito prefeito de Campina Grande. Eleito deputado federal em 2014.

¹² É Filho de Pedro Vaz Ribeiro e de Áurea Moura Ribeiro. Foi Prefeito de Campina Grande (1977-1983) e Dep. Federal por duas Legislaturas (1998-2002; 2002-2006).

tem apenas nos dois filhos do presidente, seus coproprietários. Os deputados Agnaldo Ribeiro¹³ e Daniela Ribeiro¹⁴ se revezam ocupando o tempo de TV da legenda, sem ingerência de outros próceres populistas.

Por outro lado, o Partido da República-PR, desde seu nascedouro na Paraíba, nunca deixou o patrimônio eleitoral do deputado Wellington Roberto¹⁵ e seus filhos, um dos quais, Caio Roberto é deputado estadual e Bruno Figueiredo Roberto, participou compondo a chapa de vice-prefeito da candidata dos “Vitais”, Tatiana Medeiros (PMDB), a prefeitura de Campina Grande (2012), na qual disputou com Romero Rodrigues (PSDB), atual prefeito de Campina Grande, primo do Senador Cássio Rodrigues da Cunha Lima (PSDB).

O Partido Trabalhista - PTB tem como donos, atestado em sua escritura, o grupo familiar Santiago. O ex-senador Wilson Santiago¹⁶ e seu filho homônimo, deputado federal. O Partido Democrático Trabalhista - PDT - tem sob o comando na Paraíba o deputado Damião

Pai de Aguinaldo Ribeiro ex-ministro das cidades e da deputada estadual Daniella Ribeiro.

¹³ Foi Deputado estadual da Paraíba por dois mandatos consecutivos (2003 a 2011). Elegeu-se deputado federal em 2010, sendo reeleito em 2014, sempre pelo Partido Progressista (PP). Assumiu o comando do Ministério das Cidades em substituição a Mário Negromonte, do mesmo partido. Deixou a pasta em 17 de março de 2014 em uma reforma ministerial promovida pela presidente Dilma Roussef. Atualmente é deputado federal pelo PP.

¹⁴ Daniella é filha do ex-deputado federal pela Paraíba e ex-prefeito de Campina Grande, Enivaldo Ribeiro, e da empresária e atual prefeita do município paraibano de Pilar, Virginia Velloso Borges, esta filha de Aguinaldo Velloso Borges e é irmã do ex-Ministro das Cidades Aguinaldo Ribeiro.

¹⁵ Wellington Roberto nasceu em São José de Piranhas, em 19 de maio de 1959, é um empresário e político. Filho de Eptácio Roberto Dantas e Maria Roberto Sobrinho, ingressou na Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande aos vinte anos sem, contudo, concluir o curso de Engenharia Civil. Empresário do ramo sucroalcooleiro e de corretagem de veículos, filiou-se ao PMDB e foi eleito suplente do senador Humberto Lucena em 1994 sendo efetivado após a morte do titular em abril de 1998. Eleito deputado federal em 2002 (PTB), 2006 (PL), 2010 (PR), 2014 (PR).

¹⁶ Eleito duas vezes deputado estadual PDT (1994) e PSDB (1998). Deputado federal pelo PMDB (2002; 2006) Candidato a Senador pelo PMDB (2010) e obteve 820.653 votos, ficando em terceiro lugar na disputa. Contudo, acabou sendo diplomado senador devido ao fato de o primeiro colocado, o ex-governador da Paraíba Cássio Cunha Lima, que obteve mais de um milhão de votos, ter sido barrado pela Lei Ficha Limpa.

Feliciano, deputado federal, que tem atualmente sua esposa, Ligia Feliciano (PDT), como vice-governadora do Estado.

Os sobrinhos de José Maranhão, Olenka e Benjamin Maranhão, antes cotistas do PMDB, observando que os “Vitais” se fortaleceram dentro do partido, tornaram-se independentes. E hoje os deputados Benjamim e Olenka Maranhão são os donos do Solidariedade - (SDD). O Partido da Mobilização Nacional - PMN desde há muito pertence à Lidia Moura e Bala Barbosa. Outros líderes partidários, não dividem nem com parentes o partido que lhes coube. Maria da Luz tem o domínio sobre o Partido Republicano Progressista PRP. Os deputados Jutahy Menezes, Tião Gomes e Genival Matias, reinam no comando do Partido Republicano Brasileiro - PRB, Partido Social Liberal Nacional - PSL e Partido Trabalhista do Brasil - PT do B, respectivamente.

O PSDB, que já foi de Cícero Lucena¹⁷, pertence ao Senador Cássio Rodrigues da Cunha Lima. A força do grupo Cunha Lima na máquina estatal é demonstrada quando se observa que a maior cidade do interior da Paraíba, Campina Grande, seu berço político, o atual

¹⁷ Empresário da construção civil. Sobrinho do político paraibano Humberto Lucena. Iniciou sua carreira política em 1990 quando foi escolhido para concorrer como vice-governador do PMDB na chapa encabeçada por Ronaldo Cunha Lima. A chapa venceu a eleição no segundo turno. Em 1994, com o afastamento de Cunha Lima para candidatar-se ao Senado, Cícero Lucena assume o governo do estado para o restante do mandato. Com 37 anos de idade, tornou-se o governador mais jovem a assumir o governo da Paraíba. Em 1995 chefiou a Secretaria Especial de Políticas Regionais, então órgão do Ministério do Planejamento. Em 1996, disputou a prefeitura de João Pessoa, logrando êxito no segundo turno. Reelegeu-se em 2000. Em 2001 acompanhou Ronaldo Cunha Lima, que desfilia-se do PMDB, e ingressaram no PSDB. Na campanha eleitoral de 2002, sua esposa Lauremília Lucena concorreu a vice-governadora na chapa liderada por Cássio Cunha Lima, que obteve a vitória no segundo turno sobre Roberto Paulino, do PMDB.

prefeito é o seu primo Romero Rodrigues Veiga¹⁸ que tem como vice, o irmão de Cássio Cunha Lima, Ronaldo Cunha Lima Filho¹⁹.

Observa-se, diante do exposto, que os partidos na Paraíba estão sob o comando das famílias tradicionais. Os “Cunha Lima” e “Vitais” são atualmente os grupos que disputam o domínio político sob a mesorregião da Borborema, onde encontra-se situado o município de Campina Grande. O município é estratégico, em termos político e econômico, visto que é nele que se concentra o segundo maior colégio eleitoral da Paraíba. O primeiro situado na capital do Estado João Pessoa.

A força política de Campina revela-se através dos processos de representação. Dos três senadores que representam a Paraíba, dois saíram do território da Borborema. Ocupar e dominar politicamente esse território torna-se estratégico para alcançar cargos na esfera estadual e nacional. A família “Cunha Lima”, além de estar à frente da gestão local, também ocupa outras esferas de poder, a exemplo do poder legislativo estadual, no qual tem como representantes do grupo familiar Bruno Cunha Lima²⁰ e Tovar Cunha Lima²¹, ambos

¹⁸ Elegeu-se vereador pelo e presidente da Câmara Municipal de Campina Grande pelo PSDB em (1992; 1996; 2000; 2004). Em 2006 foi eleito deputado estadual da Paraíba pelo PSDB, sendo o mais votado em Campina Grande. Secretário de Interiorização do Estado (2007-2008) e, depois, secretário-chefe da Casa Civil do Governo da Paraíba (2008-2009), na gestão do então governador Cássio Rodrigues Cunha Lima (PSDB). Em 2010 foi eleito pelo PSDB deputado federal pela Paraíba. Em 2012, candidato do grupo Cunha Lima, é eleito prefeito de Campina Grande pelo PSDB, com apoio do ex-governador Cássio Cunha Lima. A disputa se dá com a candidata dos Vitais (PMDB), Tatiana Medeiros (PMDB).

¹⁹ Traz o homônimo de seu pai Ronaldo José da Cunha Lima. Ronaldo seu pai foi vereador de Campina Grande, deputado estadual da Paraíba por dois mandatos consecutivos, prefeito de Campina Grande em duas ocasiões, governador da Paraíba, senador da república e eleito deputado federal por duas vezes. O ex-governador e atual senador da Paraíba, Cássio Cunha Lima é seu filho. Ronaldo Filho é vice-presidente da Executiva Estadual do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Ronaldo Filho assumiu o cargo de vice-prefeito em janeiro de 2013.

²⁰ É neto do ex-senador Ivandro Cunha Lima. Este, por sua vez, é advogado, tabelião, proprietário do maior cartório do município de Campina Grande e proprietário rural. Filho de Demóstenes Cunha Lima e Francisca Bandeira da Cunha e irmão do ex-governador Ronaldo José da Cunha Lima.

²¹ Casado com uma prima de Cássio Cunha Lima.

deputados estaduais pelo (PSDB); e na esfera nacional Pedro Cunha Lima (PSDB), deputado federal pelo (PSDB). No Tribunal de Contas do Estado - TCE Arthur Paredes Cunha Lima²² e Fernando Rodrigues Latão²³ representantes da família Cunha Lima nesse órgão de controle.

Essa força política local com representação nacional disputa o território com outra família tradicional que são os “vitais”. Os “Vitais” tanto quanto os “Cunha Lima” vêm de uma linhagem de ocupação de espaços e disputas políticas, na ordem da máquina estatal, que remonta o século XX. Os “vitais” são herdeiros da tradição do coronel Francisco Heráclio do Rêgo²⁴, família que atuou e dominou politicamente, durante várias décadas, diversos municípios no estado de Pernambuco. Atualmente, os “Vitais”, além de ser a força hegemônica no PMDB paraibano, ocupam espaço de poder no Tribunal de Contas da União, através do ex-senador e agora Ministro Vital do Rêgo Filho. Na câmara federal, com o seu irmão e ex-prefeito de Campina Grande (2004-2012) Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto. Ana Cláudia Vital do Rêgo, esposa do deputado federal Veneziano Vital do Rêgo Segundo Neto, ocupa a superintendência da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) na Paraíba.

Diante dessa descrição acerca das linhagens familiares e ocupação de cargos na burocracia estatal, observa-se o quanto se faz necessário estudar o recrutamento partidário através das estratégias de parentesco, bem como a relação que existe entre as elites políticas no estado da Paraíba e as famílias tradicionais. Cabe-nos investigar

²² Atual presidente do Tribunal de Contas do Estado. Irmão do ex-governador e senador Ronaldo José Cunha Lima e tio do atual Senador Cássio Rodrigues da Cunha Lima.

²³ Corregedor geral do Tribunal de Contas do Estado, irmão de Glória Cunha Lima, tio materno do Senador Cássio Rodrigues da Cunha Lima.

²⁴ Veja em anexo alguns ramos desta tradição política, baseado nos estudos realizados por RÉGO, André Heráclio do. Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder. São Paulo, Girafa Editora, 2008.

quais são as estratégias utilizadas por essas famílias, para além do “nome de família” enquanto um capital simbólico (BOURDIEU, 1989) que se transmite de geração a geração. Que outros tipos de capitais estão relacionados a estes? Será esse fenômeno algo típico do Paraná, como salienta Oliveira (2001; 2012), e da Paraíba como temos tentado descrever, ou algo que perpassa por todos os estados da federação? Se é um fenômeno que fortalece o acúmulo de poder político e econômico e, portanto, capaz de promover e fortalecer dominação e desigualdades, porque a maioria dos cientistas políticos não tem destacado a variável família em estudos sobre o legislativo e o executivo no Brasil? Essas são algumas questões que trazemos à reflexão.

Considerações finais

A Paraíba, por assim dizer, apresenta-se, como *locus* da pesquisa pelo fato de ser este um dos Estados da Federação que apresenta uma bancada federal representativa em termos de políticos atrelado às linhagens familiares. Dos 12 (doze) parlamentares atualmente, 11 (onze) advêm de linhagens familiares na política paraibana e exerce domínio sobre alguma microrregião do estado da Paraíba.

Além disso, se observa que o fenômeno da representação política e ocupação de cargos, através das estratégias de parentesco, não é algo típico das regiões com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) baixo, mas um fenômeno de todas as regiões do Brasil. Inclusive das regiões tidas como as mais desenvolvidas.

Destaca-se, ainda, a importância em estudar esse fenômeno sociologicamente, quando se constata que a região Nordeste, especificamente, no tocante às relações entre linhagens de parentesco e poder político, representa fenômenos em ascensão. A proporção das

bancadas com vínculos de parentesco na representação federal, junto à câmara baixa (câmara dos deputados) é extremamente significativa.

Os dados nos informa que existe uma tendência de cada vez mais tornar-se comum linhagens familiares e de parentesco na representação do poder político. Daí a necessidade de estudar esta temática no contexto do Brasil contemporâneo. Este fenômeno tende a aumentar. Conforme levantamento realizado junto ao *site* do Congresso em Foco (2012), quanto mais novos os deputados, maior é a conexão de parentesco político, ou seja, dos 40 deputados federais com menos de 35 anos, 32 são parentes de outros políticos, em termos percentuais equivale a 87, 5% (oitenta e sete vírgula cinco por cento)

Os candidatos mais fortes e com boas condições de elegibilidade concentram mais dinheiro e, muitas vezes, contam com a *família na política*. Isso é um fenômeno também de reprodução do poder político e de constituição de *elites políticas*. Mesmo, assim, poucos são os estudos de Sociologia Política que tem se debruçado sobre tal tema.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. “O espírito de família”. In: Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papius, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução à uma Sociologia Reflexiva. In: O poder simbólico. Lisboa: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Meditações Pascalianas. [Tradução de Sérgio Miceli]. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. O senso prático. [Trad. Maria Ferreira] - Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

- CHARLE, Christophe. Como anda a história social das elites e da burguesia? In: HEINZ, Flávio (Org). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- DAHL, Robert A. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 1997.
- FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 8ª Ed. , São Paulo: Globo, 1989.
- FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica. São Paulo: Globo, 2006.
- FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. In: SANTIAGO, Silviano (org.). Coleção Intérpretes do Brasil - volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GRYNSZPAN, M. A Teoria das Elites e sua genealogia consagrada. BIB, Rio de Janeiro, n. 41, 1996, p. 35-84.
- HEINZ, Flávio. Considerações acerca de uma História das Elites. Logos. Revista de Divulgação Científica. Canoas: ULBRA, n. 1, maio. p. 41-52. v. 11, 1999.
- HOLLANDA, S. B. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. A ideia de Brasil Moderno. 2ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1996.

- LAMOUNIER, B. (Org.) De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré, 1990.
- LEWIN, Linda. Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. A Herança Bendita: o poeta, a festa e a instituição do poder da Família Cunha Lima na Paraíba. In: Raízes. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Campina Grande - PB, PPGCS/UFCG, V.33, n.1, jan/jun/2013.
- MARENCO, André (Org.). Apresentação. In: Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013, p. 7-11.
- MARENCO, André (Org.). O que podemos explicar estudando carreiras políticas? In: Os eleitos: representação e carreiras políticas em democracias. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2013, p. 31-53.
- MICHELIS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília, Editora da UnB, 1982.
- MONTEIRO, José Marciano. Família, poder local e dominação: um estudo sobre os processos de disputas políticas entre a(s) família(s) Ernesto-Rêgo em Queimadas/Paraíba. Dissertação de Mestrado, PPGCS: Campina Grande. 2009, 168p.
- MOSCA, Gaetano. La classe política. México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

- O'DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos*, São Paulo, n.31, 1991 p. 25-40.
- OLIVEIRA VIANNA, Joaquim José. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília, Coleção Biblioteca Básica Brasileira, Senado Federal, 1999.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores. Genealogia, classe dominante e Estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil*. Curitiba: Insight, 2012.
- PARETO, V. "Tratado de sociologia geral", in J. A. Rodrigues (org.), *Vilfredo Pareto: sociologia*, São Paulo, Ática, vol. 43 (col. Grandes Cientistas Sociais), 1984.
- PERISSINOTTO, Renato M. & CODATO, Adriano. "Dossiê 'elites políticas' (Apresentação)", *Revista de Sociologia Política*, 16 (30), 2008, p. 5-15.
- POULANTZAS, N. O problema do Estado Capitalista. In: BLACKBURN, R. (Org.) *Ideologia na Ciência Social*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- POULANTZAS, N. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PUTNAM, R. *The comparative study of political elites*. New Jersey, Prentice-Hall, 1976.

- RÊGO, André Heráclio do. *Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo, Girafa Editora, 2008.
- SCHWARTZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- SCOTT, John. *Les élites dans la sociologie anglo-saxonne*. In: SULEIMAN, Ezra; ENDRAS, Henri. *Le recrutement des élites en Europe*. Paris: Editions La Découverte, 1995.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: UNB, 2000.
- _____. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- TAYLOR, C. *As fontes do Self*. São Paulo: Loyola, 1997.
- THERBORN, G. *(Como domina la classe dominante? Ciudad de México: Siglo XXI*, 1989.
- TSBELIS, G. *Jogos Ocultos*. São Paulo: USP, 1998.